



Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros¹

Ana Elisa Ribeiro²

Centro Federal de Educação Tecnológica, CEFET MG - professora
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG – aluna, doutoranda
IEC PUC Minas – assessora do curso de especialização

Resumo

Para estudantes de Letras e Comunicação Social, as tarefas de copidesque e revisão são pouco distintas. Por meio de revisão bibliográfica e da análise de questionários, propomos a reflexão sobre atividades do profissional do texto, além de explicitarmos diferenciações entre tarefas, práticas e segmentação da profissão.

Palavras-chave

revisão de texto; preparação de originais; copidesque; tratamento editorial; legibilidade.

1 Introdução

O terceiro capítulo da Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, define o *editor* como “pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura”. Trata-se do inciso II da chamada *Lei do Livro* ou aquela que “Institui a política nacional do livro”. Desde 2003, portanto, o Brasil reforça e estimula a produção editorial, muito embora a referida lei pareça focalizar o impresso, especialmente o livro, mais do que outras formas de produção editorial.

O inciso I do mesmo parágrafo dessa lei define o *autor* como “a pessoa física criadora de livros”. Na contramão de vários pesquisadores, entre eles os eminentes Michel de Certeau e Roger Chartier, o *autor*, como descrito pela lei, tem já em sua intenção a produção do livro, objeto de leitura considerado por alguns, inclusive Marshall McLuhan, a primeira mídia de massas da história ocidental.

Dois aspectos desses incisos parecem particularmente dignos de nota: são as expressões “criadora de livros” aplicada ao autor e “dando a eles [os livros] tratamento

¹ Trabalho apresentado ao GT de Produção Editorial, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Professora do CEFET MG, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG. Atua como assessora pedagógica do curso de especialização em Revisão de Textos da PUC Minas. Foi editora assistente de várias editoras de livros em Belo Horizonte. Em 2007, ministra a disciplina Oficina de Textos: Edição, na graduação em Letras da UFMG. Ministrou várias disciplinas relacionadas à formação para o mercado editorial em cursos da PUC, da UFMG e cursos livres. É colunista do Digestivo Cultural (www.digestivocultural.com). Contato: anadigital@gmail.com.



adequado à leitura”, referindo-se à tarefa do editor (embora não se especifique que essa “transformação” seja feita pelas mãos dele mesmo).

Neste trabalho, propomos uma reflexão sobre as tarefas dos profissionais que tornam os textos publicáveis “adequados à leitura”, tratam, cuidam de e normalizam obras escritas. A criação de produtos editoriais, seja em que plataforma for, é atividade antiga e tem hoje importância fundamental no mundo. As profissões relacionadas à produção de objetos de ler, embora tenham se desconfigurado e reconfigurado ao longo dos séculos, a depender de inovações tecnológicas e transformações de processos, sempre foram essenciais para a produção de artefatos culturais importantes. A formação de profissionais competentes para lidar com textos é da alçada de cursos de Letras e Comunicação Social, muito embora essas formações apresentem aspectos e currículos bastante diferenciados; já a formação do profissional que lida com livros demanda equipes multidisciplinares que contam com, além dos já mencionados egressos de Letras e Comunicação, designers, arquitetos especializados e outros.

No que podem se tocar, os profissionais (especialmente os de Letras e os de Comunicação Social) deveriam ter formação generalista no que tange as habilidades para ler e redigir textos. As especializações de cada um deles costumam ser dadas por habilitações diferenciadas ou em pós-graduações *lato sensu*. Ainda assim, formam-se sem compreender exatamente as funções e as tarefas delegadas pelas casas editoras de livros aos profissionais que atuam em diferentes etapas do processo de produção de obras.

1.1 Cenário belo-horizontino

Minas Gerais tem história editorial carente de registro. Muito embora seja possível encontrar boas obras a respeito da história conturbada e fragmentária dos jornais e das revistas mineiros, é ainda menos fácil deparar com livros e acervos organizados que tratem de registrar e contar a história da produção de livros em Minas, assim como da existência de editoras.

O cenário atual, no entanto, aponta para uma situação que talvez enseje o início da organização de um tal acervo. Ao menos o início da pesquisa na área. Em parte por causa da desestabilização que a informática trouxe à “galáxia de Gutenberg” ou à “ordem do livro”, emergem iniciativas que parecem direcionadas à produção de conhecimento sobre o universo editorial em Minas Gerais e mesmo para a formação profissional de editores, revisores e outros personagens da cena editorial.



A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sustenta um bacharelado em Letras desde 1999, muito embora a linha formativa especializada em edição ainda esteja por ser implementada. Desde 2006, a PUC Minas vem implantando um bacharelado com o intuito, também, de formar profissionais fora da licenciatura, mais especificamente voltados para o mercado editorial. Também na PUC, o Instituto de Educação Continuada (IEC) oferece, desde 2005, um curso de pós-graduação *lato sensu* em Revisão de Textos, ao qual têm ocorrido egressos de Letras e Comunicação Social, além de uns poucos arquitetos e historiadores. Trata-se de um cenário bastante diverso do que se podia encontrar no final da década de 1990, quando ainda era nebuloso o motivo pelo qual a UFMG abria um bacharelado em Letras.

A formação em Comunicação Social (e suas habilitações) tem foco em atividades publicitárias e jornalísticas, passando ao largo da produção de livros, exceto para as habilitações, ainda poucas e maldefinidas, em produção editorial. A formação em Letras parece socorrer-se da opção de formar revisores, uma vez que as licenciaturas vêm encontrando problemas para sobreviver em vários centros universitários. A década corrente já conta alguns exemplos de cursos bastante tradicionais fechados por falta de alunos.

A movimentação um tanto eufórica em torno da produção para plataformas digitais parece ter servido, também, para desacomodar a produção impressa, fazer mudanças tecnológicas nos processos de edição e reprodução, o que atinge o profissional do mercado e o estudante em formação. A essas mudanças as universidades parecem atender oferecendo cursos com orientações diferentes daquelas tradicionais (muito embora as profissões relacionadas à produção de livros sejam muito antigas).

Embora haja forte demanda por esse tipo de formação continuada, os alunos se mostram pouco esclarecidos a respeito de tarefas e atividades ligadas ao mundo editorial. Em uma turma de 21 alunos de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, todos entre o 4º e o último períodos, a aplicação de um breve questionário mostrou que os aspirantes a vagas no mercado editorial desconhecem as operações e a existência do editor de textos, confundem as atuações deste e as do editor (*publisher*) e relacionam o revisor a uma espécie de “inspetor da língua”. O mesmo questionário, aplicado a uma turma de pós-graduação (37 alunos), ofereceu resultado muito semelhante. A diferença revelou-se no fato de os egressos de cursos de Comunicação Social terem mais noção dos processos de produção de jornais, embora os aplicassem também, equivocadamente, à produção de livros.



Com base em vários manuais de revisão ou de estilo gráfico, discutimos as diferenças apontadas por especialistas na prática de revisores, preparadores e editores de texto (também chamados de copidesques³), em espaços como editoras ou outras casas de produção editorial. Pensamos ser absolutamente necessário investigar quais competências esse profissional precisa desenvolver, ao longo de sua formação universitária, para compreender sua atuação real e sua inserção no mundo da produção editorial, seja ela gráfica ou digital.

A partir das distinções e das definições do campo, também será possível cobrir lacunas de formação, adequar currículos e reorientar práticas que não estejam cumprindo as demandas para as quais são solicitadas. As diferenciações que o mercado faz precisam ser conhecidas do profissional em formação, para que ele saiba distinguir suas intervenções e os serviços que presta. De maneira tangencial, ainda é possível verificar e ponderar sobre o conceito de revisão, assim como o conceito que se tem do quê e de como seja ou deva ser a atuação do profissional do texto, a eliminação de posturas exageradamente rígidas ou competitivas, além de melhores noções de “cultura geral”, processos de leitura e escrita, operações de edição, notações profissionais, história da edição, conhecimentos da língua em seus vários registros e dialetos, além de habilidades interpessoais pouco expostas em manuais e guias.

É de suma importância discutir o que vem a ser o “tratamento adequado à leitura” na produção de uma obra, de um livro, de um objeto de ler? Em que medida esse tratamento está relacionado ao tipo de suporte do objeto legível? Que aspectos desse tratamento tocam que profissionais?

Aqui, propomos a separação entre, pelo menos, duas fases do que seria esse *tratamento*: o cuidado com o texto e o cuidado com o aspecto gráfico (ou digital). Inclui-se, portanto, nesse *tratamento*, o trabalho com a língua e o texto (considerado não apenas o verbal), assim como os profissionais formados (na teoria e na prática) para tratar esse aspecto importante do objeto de ler.

Focalizaremos muito mais ainda o tratamento do texto, o aspecto textual do livro (ou de outro objeto), a legibilidade tal como entendida pelos lingüistas, e deixaremos a legibilidade dos designers para outro momento.

³ Do inglês *copy desk*. Trata-se de profissional que reescreve, edita o texto original, sempre em negociação com editor e autor. No jornalismo, a profissão está próxima da extinção, já que os jornalistas de hoje fundem várias funções. Na produção de livros, ainda é bastante comum que o texto original passe pelas mãos de um copidesque antes de ser visualmente programado, diagramado e revisto.



2 Escrita, edição, revisão

Enquanto a legibilidade, para os designers, está relacionada aos aspectos da programação visual de fontes e páginas, os lingüistas tratam a facilitação da leitura do ponto de vista da organização dos conteúdos de um texto. LUPTON (2006) afirma que “embora muitos livros vinculem o propósito da tipografia à melhoria da legibilidade da palavra escrita, uma das funções mais refinadas do design é de fato ajudar os leitores a *não precisar ler*”. Nesse sentido, o planejamento visual e a criação de fontes (digitais ou tipográficas) teria como finalidade criar certa transparência e facilitar as ações do leitor ao percorrer o texto. Já os lingüistas, como FULGÊNCIO e LIBERATO (2004) ou COSCARELLI (1999), empreendem a tarefa de “definir as dificuldades de leitura de um texto” e propôr formas de organizá-lo, planejá-lo e compô-lo que o tornem mais inteligível.

Considerando que o autor tenha escrito textos avaliados como publicáveis, passaremos a tratar das operações que ocorrem no âmbito da casa editorial para tornarem o texto aprovado em mídia, livro, objeto de ler. Entre essas operações, certamente as primeiras são as que tangem o texto. Não nos deteremos, no entanto, nos controversos conceitos de autor ou autoria⁴, apenas no tratamento do texto, pressupondo que ele já tenha sido entregue aos cuidados da casa editora.

Um bom texto, dentro dos critérios da legibilidade (da lingüística, ou seja, a clareza, a compreensibilidade) e daqueles que dizem respeito ao “mercado”, deve ser passível de tratamento pelas mãos dos profissionais do texto, tais como editores, preparadores, copidesques e revisores. Todos eles, de preferência, têm seu perfil profissional moldado em cursos que dão ênfase ao trabalho com a língua e as linguagens, tais como Jornalismo, Publicidade e Letras. Ainda que esses cursos concorram para a formação de egressos com perfis e competências bastante diversos, são eles que oferecem a possibilidade de formar um profissional apto a compreender e a empreender o tratamento de linguagens com vistas à publicação.

Certamente, a língua portuguesa-padrão, representada especialmente nas gramáticas prescritivas, é um dos objetos de estudo desses profissionais e, mais do que isso, ferramenta com que trabalham e que consultam frequentemente. Onde vão eles buscar informação sobre o tratamento do texto?

⁴ Como discutidos, há décadas, por Michel Foucault, Roland Barthes e uma série de autores contemporâneos também.

Os cursos de Comunicação Social parecem ser compostos, em sua maioria, de disciplinas que discutem a comunicação de um ponto de vista bastante generalista, além de promoverem a prática da redação mais do que a reflexão sobre o texto e o processamento da escrita. Já os cursos de Letras parecem enfatizar uma formação doutrinadora, teorizadora, reflexiva, mas pouco prática e empreendedora dos papéis do profissional que lida diretamente com o texto, em esferas como a prestação de serviços.

De qualquer forma, os dois profissionais podem se esgueirar pela produção editorial, em plataformas impressas ou digitais, desde que o *editor* tenha consciência de que o “tratamento adequado à leitura” passa, obrigatoriamente, pelos egressos de Comunicação ou Letras, e não apenas pelas mãos do designer gráfico. Não basta que um texto se torne livro em relação ao formato ou à beleza. É necessário que ele seja tratado também em relação à sua harmonia lingüística, ao gênero, aos efeitos comunicativos, à correção do texto que será lido.

3 Profissionais do texto

Para PINTO (1993), o profissional que desempenha as “atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais são chamadas de *preparação*”. Mais adiante, o autor adverte que chamará “genericamente” de *preparador* esse profissional.

Cabe ao preparador conhecer, segundo PINTO (1993), além das condições da obra inteira, a ortografia da língua, a pontuação, aspectos do vocabulário e dos vícios de linguagem mais comuns. Também cabe a ele dominar questões discursivas e de gênero, além de fatos sintáticos e ao menos os rudimentos da produção editorial com que possa contribuir nas etapas de seu trabalho.

O *revisor*, na obra de PINTO (1993), parece algo diferente do preparador. Esse profissional trata da verificação do texto, da revisão de provas, etapa adiantada do processo de edição, em que a obra já sofreu tratamento gráfico ou programação visual. A incumbência do profissional da revisão é “o cotejo da prova com o original sem compromisso com o conteúdo do texto e limitado apenas aos erros tipográficos”. Citando Jannet, PINTO (1993) esclarece ainda as tarefas do revisor, entre elas “descobrir quaisquer erros que tenham sido cometidos na composição e dar instruções para sua correção”. Mais adiante, afirma Jannet que “De preferência, qualquer livro deverá ser lido antes em sua inteireza pelo revisor” e assim descreve a tarefa (ressalvando-se a obsolescência das tecnologias citadas na obra) :

O leitor é então chamado a ler alto, do manuscrito ou do original datilográfico do autor, enquanto o revisor acompanha as palavras da prova, comparando-as com as da leitura, vigiando os erros tanto da composição quanto do leitor, e também do autor, evitando as letras de fontes estranhas que se possam ter infiltrado no texto composto, observando [...] o que quer que seja que possa comprometer a boa reputação da casa [...] Quaisquer erros que forem encontrados são indicados por signos especiais. (Jannet apud PINTO, 1993, p. 126-127).

Há, aí, algum comentário a fazer sobre as considerações de Jannet. É notável que a tarefa descrita para o preparador seja tanto mais ampla do que a do revisor, que se limita a comparar a prova e o original, como que a conferir se não há infidelidades. Para isso, recorre-se a metáforas como a da vigilância, que torna o revisor um inspetor que trabalha a favor do autor e até mesmo da salvaguarda da “reputação da casa”, a editora ou o jornal. As letras “estranhas” se infiltram no texto, como se andassem sozinhas e quisessem escapar dos olhos perscrutadores do profissional “caça erros”. E se estes forem encontrados, quaisquer que sejam, devem ser marcados com “signos especiais”, a notação de revisão, para que se destaquem e possam ser corrigidos.

Tarefa normativista, controladora, a descrição do revisor por Jannet, citado por PINTO (1993), parece desenhar um profissional bem menos flexível do que ele, de fato, precisa ser. Assuma-se que, para comparar provas, de fato, não seria necessária qualquer formação mais especializada. Na fusão de tarefas dos dias atuais, até em razão de os suportes e de a divisão do trabalho editorial não serem mais os mesmos, o preparador, de modo genérico, tem muito mais pertinência do que o revisor de provas descrito nesta seção.

Para PINTO (1993), há duas categorias de “erros”: os de composição e os do próprio revisor. Aqueles são os saltos, os piolhos, os pastéis, os gatos e as gralhas. Estes são o desconhecimento da língua, as imprecisões de correção e a falta de padronização.

Na composição, saltos são omissões de letras, palavras ou frases, por exemplo; piolhos são sinais ou letras duplicados, ou ainda qualquer pequeno erro tipográfico; pastéis são inversões indevidas; gatos são trocas indevidas; e gralhas são caracteres que sobram no texto.

Os erros do revisor são todos relacionados às falhas que ele impõe ao texto. O desconhecimento da língua parece o mais grave deles e é descrito como “quando precisar recorrer ao dicionário”. Neste ponto, é de suma importância mencionar o conceito normativista e padronizador de língua e o descarte de qualquer possibilidade



fora da gramática tradicional. Apenas um dialeto (o padrão) pode aqui ser considerado língua, além de ser difícil considerar a revisão de um texto literário uma questão de norma pura.

Com relação à procura do dicionário, preferimos considerar que seja positivo que um revisor os tenha e os consulte, a despeito do que PINTO (1993) propõe. O “erro” do revisor é tratado como “cochilo”, o que torna a tarefa de revisar algo para se fazer atenta e detalhadamente.

As imprecisões de correção são intervenções do revisor feitas sem que ele consulte fontes adequadas, especialmente em relação a conteúdos que ele não domina. Já os desvios de padronização são a falta de um olhar preciso sobre a obra como um todo para torná-la harmônica e coerente, inclusive em relação a formatações e alterações de detalhes.

Para PINTO (1993), as tarefas do revisor são claramente mais detalhistas e discretas do que as do preparador, este, sim, o profissional a quem se permite a intervenção no texto sem tratamento gráfico, quase em contato com as mãos do autor.

Também para SAATKAMP (1996), preparador e revisor são profissionais que trabalham em fases distintas da edição. Ao preparador cabe tratar o texto antes que ele traga problemas aos processos de planejamento visual e à diagramação. O revisor, agora chamado de *revisor de provas*, tem uma “tarefa árdua, que exige dos profissionais dupla atenção: para o sentido do texto e para sua correção ortográfica”.

Agora, ao menos, distingue-se o trabalho de leitura de um revisor do de um robô. Para SAATKAMP (1996), o revisor precisa ler, entender, compreender o conteúdo e, assim, corrigir problemas. A correção ortográfica, no entanto, continua sendo uma das esferas mais amplas de sua atuação.

Para o autor, a editora deve solicitar a um leitor habilitado a leitura prévia do original. É este profissional que deve fazer a “correção dos enganos mais evidentes – erros de concordância e digitação, de pontuação, texto truncado”. Sobra para o revisor de provas a tarefa, mais uma vez, de comparar original e prova, passar uma espécie de leitura de “pente fino”, cuidar para que o texto seja perfeito quando da publicação.

ANTUNES (1997) chama de “anomalias” os eventuais erros no texto, ainda antes do tratamento gráfico. Para o autor, trata-se de um “trabalho de máxima importância”, já que “sua feitura destina-se a uma boa compreensão e ganho de tempo dos compositores”. Aqui, sim, a boa compreensão mencionada parece se referir ao leitor, e a tarefa do revisor se assemelha à de um cuidador. Mais uma vez, faz-se a

distinção entre este profissional de intervenções mais amplas e o *revisor de provas*, cujo trabalho é o de “verificar, depois de composto o texto, se o mesmo se encontra em conformidade com o original. A sua utilidade pode sintetizar-se na harmonização de textos em termos lingüísticos e de técnica tipográfica, sendo a sua melhoria por vezes feita pelo revisor”. Adiante, as dicas de gramática normativa que se apresentam em todos os manuais deste tipo.

Entre os autores consultados, MALTA (2000) é o único que oferece um manual quase todo para tratar apenas do ofício de revisor, cujas tarefas ele define como sendo as de

- Revisar os originais aprovados para edição pelas editoras;
- Revisar (se tiver conhecimento de outros idiomas) as traduções, cotejando-as com os livros originais);
- Revisar as segundas provas, tomando como base as primeiras e, quando necessário, reportando-se aos originais (inclusive, ainda se preciso, ao livro);
- Revisar (menos comum, mas ocorre) terceiras provas, tendo como base as segundas;
- Examinar (a palavra “revisar” não caberia bem aqui) as heliográficas (não é muito comum, mas se o revisor for funcionário de uma editora, acabará fazendo esse trabalho);
- Revisar (incomum, mas acontece) filmes que deram ou darão origem a heliográficas; e, finalmente,
- Reler livros já publicados, em função de modificações que o autor quer fazer para uma nova edição, ou quando se desconfia que a edição publicada contém erros. (MALTA, 2000, p. 16).

Essa, segundo o autor, é uma descrição “moderna” das atribuições do revisor, especialmente daquele que trabalha para editoras. Trata-se da revisão de originais e provas, mais uma vez tarefa distinta da do editor de texto ou preparador. Nesta descrição de atividades, ainda, reforça-se a idéia do revisor como o perito das provas, agora incluindo as heliográficas, da interminável busca pela perfeição e da intervenção zero nos aspectos que se relacionam à seleção de originais ou às determinações de como deve ser o texto original.

Tal é a tarefa do *copidesque*, “trabalho mais difícil e exigente do que o de revisão”. Copidescar significa “reescrever, retrabalhar um original”. Bem ao contrário do que reza a lei, é aqui que o tratamento adequado à melhor legibilidade começa. Não pelas mãos do autor, que não faz exatamente livros, mas pelas mãos do profissional de edição, que, juntamente com o autor e o editor, cuida da forma e do conteúdo daquele que será, adiante, o original (e ainda mais adiante, o livro).

Ao copidesque cabem várias operações no texto entregue à editora.

É cada vez mais comum as editoras aprovarem a edição de um texto nacional rico de idéias, necessário no mercado editorial, mas mal escrito, com repetições, ausências (de colocações mais claras, de parágrafos de ligação entre as partes de um capítulo, etc.), uso inadequado de adjetivos em relação a substantivos (e vice-versa), pobreza nas conjunções adversativas (está abusivo o uso de “entretanto” – parece que muitos autores, tanto de ficção como de textos didáticos e outros, nunca viram, ou leram, “mas”, “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”). Acima de tudo uma redação lógica, fluente, entendível deve caracterizar qualquer texto, e este é o trabalho do copidesque. (MALTA, 2000, p. 16-17)

Se o texto não é o melhor possível, é o momento de o copidesque entrar em ação e intervir, de maneira incisiva, para que o original seja legível. Ao revisor cabe tarefa bem mais discreta e adiantada, qual seja, a de comparar original e prova. Para MALTA (2000), “o revisor deve conhecer seus limites”. Ainda “*ortografiação e preparação* são sinônimos usados por algumas editoras para aquilo que denominamos revisão de originais”. Para tornar ainda mais clara a diferença da tarefa de cada um, “Geralmente, o revisor só de provas é menos qualificado (...) do que o preparador de originais, do qual se exige (...) boa cultura geral e conhecimento de mais de um idioma”. Essa menor qualificação parece ser causa (ou consequência?) de certa desvalorização tanto da profissão quanto do preço do serviço.

Para MALTA (2000), a formação do bom revisor passa por uma série de experiências: “ótimo conhecimento de português”, “mergulhos sérios” em gramáticas normativas, leitura de jornais e revistas, para manter-se informado, atualização sobre mudanças em gramáticas e outros manuais, atenção, senso crítico, mas “nada de se meter a autor, reescrevendo furiosamente laudas e mais laudas só para mostrar ao editor que o revisor é competente”.

Neste ponto, o da autoria negada, é de se lembrar a citação do apólogo de Apeles e o sapateiro, contado pelo escritor português José Saramago, na obra *História do cerco de Lisboa*:

... o operário apontou o erro na sandália duma figura e depois, tendo verificado que o artista emendara o desacerto, se aventurou a dar opiniões sobre a anatomia do joelho, Foi então que Apeles, furioso com o impertinente, lhe disse Não suba o sapateiro acima da chinela, frase histórica, Ninguém gosta que lhe olhem por cima do muro do quintal. (SARAMAGO, 1989, p. 14).

Para MALTA (2000), as fontes de consulta são o melhor apoio do profissional de texto, especialmente aquele que pode intervir mais nos originais. A boa capacidade



de duvidar é também fundamental, sem reprovação de conseqüentes consultas a dicionários, gramáticas e manuais de língua e normalização. Para o autor, não basta, enfim, ser um gramático enrustido ou um mero conferidor de linhas para ser copidesque. É necessário ter formação. O autor critica as faculdades de Comunicação e Letras por não oferecerem aos alunos “cultura geral” suficiente para dar conta da leitura ampla de um texto original. Para isso ele sugere a leitura de jornais, revistas e livros.

Dúvidas e controvérsias podem afetar o revisor. E é bom que ele se sinta afetado por elas. Faz parte do trabalho duvidar e investigar. Oferecer não apenas a solução mais fácil, mas também a reflexão.

No jornalismo, o editor tem tarefa bem mais ampla do que na publicação de livros, salvo casos em que o editor das obras seja o executor delas em todas as etapas (algo que se tornou especialmente possível depois do computador).

Segundo o *Manual da Redação* do jornal *Folha de S.Paulo*, ao editor cabe fazer a “exposição hierárquica e contextualizada das notícias e a distribuição espacial correta e interessante das reportagens”. Cabe a esse profissional e a seus assistentes “zelar para que as diretrizes estabelecidas na pauta sejam seguidas”, situação bastante diferente da submissão de obras já escritas à casa editorial.

O contato do editor de jornais é, prioritariamente, com o jornalista, profissional que compõe sua equipe de trabalho. A relação entre ambos parece essencialmente diversa daquela fundada entre autor e editor quando da produção de livros, mormente quando livros de arte e literários. Parece não caber ao jornalista a defesa absoluta e autoral de sua matéria, como pode acontecer a escritores.

O editor de jornais pode, quando cabível, preencher lacunas de texto, dar novos enfoques, corrigir e dinamizar frases e parágrafos, esclarecer e desenvolver explicações, dar títulos ou alterá-los, redefinir tamanhos de texto em função dos espaços fixados pela diagramação, lidar com o projeto gráfico (único) do jornal e até modificar a edição na última hora, se for o caso. Embora a revisão final de textos não seja abordada no *Manual da Folha*, fica implícita como uma das funções, entre tantas, do editor. Ao editor de livros parece caber muito mais a função de regente de todos esses processos, que, no jornalismo, são levados a cabo por apenas um profissional.

4 Pesquisa/ação

Na experiência de sala de aula com alunos de graduação e pós-graduação, é fácil entrever as confusões entre conceitos e funções de profissionais do texto. Embora haja



forte demanda por esse tipo de formação continuada, os alunos se mostram pouco esclarecidos a respeito de tarefas e atividades ligadas ao mundo editorial.

Aplicamos um breve questionário⁵ com perguntas sobre tarefas de revisor, editor e copidesque, aos alunos do curso de Letras da UFMG e aos da pós-graduação do IEC PUC Minas, em março de 2007. Em uma turma de 21 alunos de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, todos entre o 4^o e o último períodos, a análise das respostas mostrou que os aspirantes a vagas no mercado editorial desconhecem as operações e a existência do editor de textos, confundem as atuações deste e as do editor (*publisher*) e relacionam o revisor a uma espécie de “inspetor da língua”. Também fica evidente o desconhecimento da produção editorial (de livros, jornais, revistas ou objetos digitais) como um processo em que os profissionais se articulam, muitas vezes em seqüências preestabelecidas, para evitar retrabalho. Para grande parte dos alunos da UFMG, o revisor seria um dos primeiros profissionais do processo de edição. O editor, quando entendido como coordenador de etapas e tarefas, viria por último, além de ser citado como o responsável pela programação visual, pela diagramação e por outras etapas da edição que, de fato, não lhe dizem respeito, exceto porque são coordenadas por ele.

O mesmo questionário, aplicado a uma turma de pós-graduação (37 alunos), ofereceu resultado muito semelhante. A diferença revelou-se no fato de os egressos de cursos de Comunicação Social terem mais noção dos processos de produção de jornais, embora os aplicassem também, equivocadamente, à produção de livros. Para jornalistas e publicitários, a função do editor de livros teria as mesmas características das do editor de jornais: reescrever textos, modificar estrutura de obras, pesquisar temas, fazer programação visual, cortar textos em função de espaços. Na maioria dos casos, os alunos de Comunicação desconhecem a função gerencial do editor de livros, assim como atribuem a ele uma série de funções que seriam, na realidade, de uma equipe multidisciplinar por ele orquestrada.

Dado o cenário mineiro de poucas editoras, poucas vagas fixas de trabalho no setor, certa atuação de profissionais autônomos sem formação específica, reserva de mercado de algumas profissões, maior oferta de empregos em jornais e existência mais perene desses veículos, é fácil observar as razões pelas quais o processo de produção de periódicos seja melhor apreendido e compreendido pelos estudantes. Ainda assim, a

⁵ O questionário compunha-se de apenas 3 perguntas: 1. Qual é a tarefa do revisor?; 2. Qual é a tarefa do editor?; 3. Qual é a tarefa do copidesque?. Apenas 2 alunos de Letras se arriscaram a apontar o que faz o copidesque. Também foram eles que diferenciaram o *editor de textos*. Nenhum aluno especificou a atuação do revisor de provas em relação ao preparador de textos.



quase inexistência de jornalismo de revistas na capital mineira torna os jornais impressos quase a única experiência da maioria dos pós-graduandos.

5 Considerações finais

Conforme pôde ser apresentado, as tarefas do profissional do texto podem variar em relação à profundidade da intervenção que é solicitado a fazer nos textos indicados para publicação ou produção. O original não existe apenas pelas mãos do autor, mas deve ser tratado pelo preparador, nome genérico dado àquele que se especializa no tratamento da linguagem de uma futura obra.

Embora os manuais consultados, os poucos que circulam em língua portuguesa atualmente, entendam a profissão tal como um policiamento lingüístico, é possível adotar posturas mais flexíveis (sem prejuízo do cumprimento das tarefas de copidesque e revisão). BRITTO (2003), exemplo, admite a importância da profissão para o funcionamento da produção editorial, embora trabalhe na perspectiva da sociolingüística, que considera, fortemente, a existência de aspectos muito mais complexos e variados na língua do que a existência pura e simples de uma gramática normativa ou de um dialeto ideal.

A diferenciação entre o copidesque e o revisor de provas pode ser difícil de praticar, mas parece ser parte de uma prática antiga na coordenação das tarefas dos produtores de livros e outros objetos de ler. É importante que o especialista em tratamento de textos saiba intervir adequadamente, de acordo com a demanda, e possa se enquadrar em tipos distintos de prestação de serviços, a despeito de certas fusões atuais das tarefas, causadas principalmente por mudanças tecnológicas.

Hoje é possível se editar sozinho uma obra, desde a contratação do texto, ao tratamento do original e à produção gráfica. É o que têm feito artistas novatos e poetas, de maneira competente, sem vínculo com empresas e selos editoriais.

A importância do revisor e do copidesque se aloja na necessidade de conferir legibilidade (ou inteligibilidade) aos textos, uma leitura perspicaz e especializada em obra que não deveria circular sem certos ajustamentos. Embora se saiba que nem todas as casas editoriais contratam esses serviços, é plenamente reconhecível um produto bem-tratado e um outro que tenha negligenciado as fases de produção de obras desde as equipes editoriais de antes de Gutenberg. Basta percorrer uma livraria e fazer observações empíricas.



O graduado que deseja se formar para trabalhar nestas etapas da produção pode e deve se inteirar dos processos qualificados e dos conhecimentos que precisa construir, tanto conceituais quanto procedimentais, para que se torne indispensável na cadeia da produção de objetos de ler. Dado nosso cenário atual em relação às tecnologias para escrita e publicação, talvez a formação generalista, a partir da qual o profissional possa atuar em todas as etapas e saiba, quando necessário, atuar em apenas uma delas, seja o mais importante a promover e a fazer, tanto nos cursos de Letras quanto nos de Comunicação Social, áreas cujas fronteiras deveriam ser menos importantes do que suas atuações colaborativas.

6 Referências bibliográficas

- ANTUNES, Álvaro F. *Manual de estilo gráfico*. Para escritores, jornalistas, publicistas, editores, tradutores, revisores, paginadores e gráficos. Portugal: CETOP, 1970.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social das mídias*. São Paulo: Zahar, 2004.
- BRITTO, Luiz Percival L. *Contra o consenso*. Cultura escrita, educação e participação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall (Orgs.). *Revolução na comunicação*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. v.1. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSCARELLI, Carla Viana. *Leitura em ambiente multimídia e produção de inferências*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. (Tese de doutorado).
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2004.
- FULGÊNCIO, Lúcia e LIBERATO, Yara. *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LUPTON, Ellen. *Pensar com tipos*. Trad. André Storlarski. São Paulo: Cosac&Naify, 2006.
- MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.
- MANUAL da Redação*: Folha de S.Paulo. 4 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.
- PINTO, Ildete Oliveira. *O livro: Manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática, 1993.
- SAATKAMP, Henry. *Preparação & revisão de originais*. Porto Alegre: Age, 1996.
- SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCORTECCI, João e PERFETTI, Maria Esther Mendes. *Guia do profissional do livro 2005*. Informações importantes para quem quer publicar um livro. São Paulo: Scortecci, 2005.
- SQUARISI, Dad. *Manual de redação e estilo*. Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.